

Membros Efetivos	
Gil Diniz	PSL
Leticia Aguiar	PSL
Beth Sáhão	PT
Professora Bebel	PT
Ed Thomas	PSB
Mauro Bragato	PSDB
Sebastião Santos	PRB
Sergio Victor	NOVO
Professor Kenny	PP
Reinaldo Alguz	PV
Marina Helou	REDE
Sala das Comissões, em 09/04/2019.	
Mauro Bragato	

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

CONVOCAÇÃO

Convoco, nos termos regimentais, as Senhoras Deputadas e os Senhores Deputados abaixo relacionados, membros efetivos da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, para a Reunião Especial de Eleição de Presidente e Vice-Presidente deste Órgão Técnico, para o Primeiro Biênio da Décima Nona Legislatura, a ser realizada no dia 17/04/2019, quarta-feira, às 14:30 horas, no Plenário D. Pedro I.

Membros Efetivos	
Adalberto Freitas	PSL
Luiz Fernando T. Ferreira	PT
Márcia Lia	PT
Caio França	PSB
Carlião Pignatari	PSDB
Dirceu Dalben	PR
Sebastião Santos	PRB
Bruno Ganem	PODE
Monica da Bancada Ativista	PSOL
Léo Oliveira	MDB
Reinaldo Alguz	PV
Sala das Comissões, em 09/04/2019.	
Deputada Márcia Lia	

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E RELAÇÕES DO TRABALHO

CONVOCAÇÃO

Convoco, nos termos regimentais, as Senhoras Deputadas e os Senhores Deputados abaixo relacionados, membros efetivos da Comissão de Administração Pública e Relações do Trabalho, para a Reunião Especial de Eleição de Presidente e Vice-Presidente deste Órgão Técnico, para o Primeiro Biênio da Décima Nona Legislatura, a ser realizada no dia 17/04/2019, quarta-feira, às 15 horas, no Plenário Tiradentes.

Membros Efetivos	
Adalberto Freitas	PSL
Valeria Bolsonaro	PSL
Paulo Fiorilo	PT
Professora Bebel	PT
Rafael Silva	PSB
Marcos Zerbini	PSDB
Gilmaci Santos	PRB
Marcio da Farmácia	PODE
Coronel Telhada	PP
Fernando Cury	PPS
Marcio Nakashima	PDT
Sala das Comissões, em 09/04/2019.	
Deputado Rafael Silva	

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA, DA CIDADANIA, DA PARTICIPAÇÃO E DAS QUESTÕES SOCIAIS

CONVOCAÇÃO

Convoco, nos termos regimentais, as Senhoras Deputadas e os Senhores Deputados abaixo relacionados, membros efetivos da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, da Cidadania, da Participação e das Questões Sociais, para a Reunião Especial de Eleição de Presidente e Vice-Presidente deste Órgão Técnico, para o Primeiro Biênio da Décima Nona Legislatura, a ser realizada no dia 17/04/2019, quarta-feira, às 15:30 horas, no Plenário Tiradentes.

Membros Efetivos	
Douglas Garcia	PSL
Gil Diniz	PSL
Beth Sáhão	PT
Márcia Lia	PT
Rafael Silva	PSB
Arthur do Val	DEM
Wellington Moura	PRB
Coronel Telhada	PP
Erica Malunguinho	PSOL
Dra. Damaris Moura	PHS
Adriana Borgo	PROS
Sala das Comissões, em 09/04/2019.	
Deputado Rafael Silva	

Debates

2 DE ABRIL DE 2019

3ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Presidência: CAUÊ MACRIS
Secretaria: VINÍCIUS CAMARINHA e RAFA ZIMBALDI

RESUMO

ORDEN DO DIA
1 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Abre a sessão. Coloca em discussão o PL 147/18.
2 - CAMPOS MACHADO
Discute o PL 147/18.
3 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Discorre acerca do trâmite do PL 147/18.
4 - DOUGLAS GARCIA
Para reclamação, lembra orientação da Presidência a respeito dos discursos na tribuna.
5 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Lembra usos e costumes dessa Casa. Enaltece a importância de se atentar ao tema específico da Ordem do Dia.
6 - CAMPOS MACHADO
Para comunicação, rebate o pronunciamento do deputado Douglas Garcia.
7 - MÁRCIA LULA LIA
Para comunicação, afirma que a emenda aglutinativa ao PL 147/18 não atende ao acordado previamente.
8 - PROFESSORA BEBEL LULA
Discute o PL 147/18.
9 - BETH LULA SAHÃO
Discute o PL 147/18.
10 - ERICA MALUNGUINHO
Discute o PL 147/18.
11 - WELLINGTON MOURA
Discute o PL 147/18.
12 - LUIZ FERNANDO LULA DA SILVA
Discute o PL 147/18.
13 - TEONILIO BARBA LULA
Discute o PL 147/18 (aparteado pelos deputados Frederico d'Ávila e Paulo Fiorilo).

14 - TEONILIO BARBA LULA
Solicita verificação de presença.
15 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Indefere o pedido, ante a constatação de quórum.
16 - JANAINA PASCHOAL
Discute o PL 147/18 (aparteada pelo deputado Campos Machado).
17 - MÁRCIA LULA LIA
Solicita verificação de presença.
18 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Defere o pedido. Determina que seja feita a chamada de verificação de presença, que interrompe ante a constatação de quórum.
19 - ED THOMAS
Para comunicação, lembra o Dia do Autismo, comemorado hoje. Clama à Presidência que paute projetos sobre o tema. Agradece a seus pares que assinaram frente parlamentar em defesa da matéria.
20 - MÁRCIA LULA LIA
Discute o PL 147/18.
21 - MÁRCIA LULA LIA
Solicita verificação de presença.
22 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Defere o pedido. Determina que seja feita a chamada de verificação de presença, que interrompe ante a constatação de quórum.
23 - MONICA DA BANCADA ATIVISTA
Discute o PL 147/18 (aparteada pelos deputados Paulo Fiorilo e Aprígio).
24 - PROFESSORA BEBEL LULA
Para comunicação, discorre acerca do uso de agrotóxico sem marco regulatório, no PL 147/18.
25 - EMIDIO LULA DE SOUZA
Discute o PL 147/18.
26 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Lembra sessão extraordinária a ser realizada hoje, dez minutos após o término desta sessão. Encerra a sessão.
* * *
- Abre a sessão o Sr. Cauê Macris.
* * *
- Passa-se à

ORDEN DO DIA

* * *
O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior.
Em discussão e votação o Projeto de lei nº 147, de 2018. Inscrito para falar a favor, o nobre deputado Campos Machado.
O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - Sr. Presidente, cá estou eu, novamente, no mais sagrado lugar desta Casa, que é a tribuna. Esta tribuna já foi utilizada pelo grande criminalista Marco Antônio, Franco Montoro, Jânio Quadros, entre outros. Mas, Sr. Presidente, nobre deputado Cauê Macris, verifico a impossibilidade de eu prosseguir no meu pronunciamento, com este recreio aqui na minha frente.
O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Reservado o tempo de V. Exa., preservados os 15 minutos, eu gostaria de pedir aos deputados que estão conversando no plenário que, por favor, caso assim o desejem fazer, que possam fazer ou no café dos deputados ou na sala acima, e não no plenário. No plenário, é importante que a gente acompanhe o processo de discussão deste importante projeto.
O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - Sr. Presidente, três assuntos. Primeiro, quero anunciar aos executivos, a aqueles que trabalham pelo projeto dos executivos, que o projeto de vocês já está incluído na pauta do Colégio de Líderes.
Hoje simplesmente não foi pautado porque o nobre deputado Camarinha pediu para dar uma olhada. Acho que ele tem toda a razão de verificar o projeto. Quero dizer aos senhores que esse projeto já se encontra na pauta do Colégio de Líderes, podendo ser analisado num tempo que considero relativamente breve.
Sr. Presidente, hoje vivi uma tarde de fantasia. Presidentes, representantes de seis empresas estatais.

Um falando por três. Nelson de Souza, ex-presidente da Caixa Econômica Federal, que assumiu, no início de janeiro, três funções: presidente da CPDS, presidente da Emplasa, presidente da Codasp. Significa que ele conhece, profundamente, os 50 anos de uma, 90 anos de outra, 40 anos de empresa. Ouvimos, também, o doutor Milton Persoli, presidente do Dersa. Ouvimos o doutor André Arruda, da Prodesp. E Nourival Pantano, da Imesp, Imprensa Oficial.

Seis empresas. E o governador do estado, de uma maneira um tanto quanto descarada, enviou, para esta Casa, um único projeto, contemplando a possibilidade de fusão, de venda, de extinção, ou qualquer outro verbo que se queria utilizar. Um projeto só, para tratar de seis empresas totalmente diferentes uma da outra.

Resumindo o que um deputado me disse, dos novos, que chegaram a esta Casa: “Campos, vai ser sempre assim no atacado? Por acaso a Assembleia é o supermercado Extra? É só atacado, não tem varejo? Por que ele não mandou um projeto por vez? Porque ele não explica os seis projetos?” Como dizia o velho Chacrinha: “Quem não se comunica se trumbica.”

Está aqui. A Emplasa, o senhor Nelson de Souza, não disse nada. Ele não conhece nada sobre a Emplasa, que é uma empresa de planejamento. Mas foi bom que ele veio aqui. Para constataremos a inabilidade que o governador teve em enviar um projeto com seis empresas.

O que esta Casa vai fazer, analisando seis empresas de uma vez só? Será que a nossa Casa tem 94 Einsteins? Não é possível, deputado Carlião Pignatari. Me desculpe, não é possível. Segundo o governo, todas as empresas estão falidas. Mas não foi isso que ouvi hoje. Não ouvi isso aí. Ninguém explicou nada.

A Emplasa é uma empresa de planejamento. Quem vai planejar? Como dizia o representante dos trabalhadores: “A Emplasa pensa no povo. As empresas pensam no lucro.” Essa é a realidade. Se tivermos a condição de analisar empresa por empresa! O governo deveria tomar a iniciativa de retirar esse projeto e enviar projeto cada um referente a uma empresa, nós teríamos condições de discutir projeto a projeto. Eu não sou contra a privatização, Major Mecca. Eu sou contra a maneira atabalhoada, a maneira como o governador agiu. Ele está entendendo o quê? Que essa assembleia é uma escola, é um colégio infantil? Ele pensa que aqui ninguém vai discutir nada? Ai, marca-se uma audiência pública. O que é que vai se resolver na audiência pública tratando de seis empresas? Nada. Nada, nada, nada. E o pior, no pouco que posso entender, deputado Camarinha, o governador quer governar o Estado vendendo ativos. É aquele que começa a vender tudo que tem. E o que ele faz? Ele vende, arrecada e asfalta o caminho dele que ele quer seguir em direção a Brasília. Exceção feita ao PSDB, que é obrigado a votar, exceção feita a alguns partidos que têm secretarias de Estado, os demais deputados, me permitam a ousadia, não podem aceitar essa humilhação.

Isso é humilhação, senhores deputados. O Governo não está tratando com seriedade esta Casa, deputado; não está com seriedade. Amanhã ele vai mandar mais dez projetos aqui. Já chegou a do Ginásio de Esportes.

Todo dia chega um projeto novo. O que eles estão fazendo? Vão fazer um pacotão. É por isso que eu vou me empenhar, não pelo meu ponto de vista, ou pela minha posição político-partidária. Não. Eu vou me empenhar porque estou há 28 anos nesta Casa e aceito tudo, menos humilhação.

Posso perder, mas caio de pé, não caio sentado. É impossível que nós tenhamos alguma dúvida, deputado Itamar, alguma dúvida de que esse projeto está mal explicado, mal definido. Seis empresas de uma vez só. Nós tínhamos que analisar cada projeto com profundidade, deputado, com critério. Tem empresa aqui que deu lucro o ano passado. Eu não estou nem falando dos funcionários. Mas vem um representante do Governo e diz: “os funcionários têm 25 a 50 anos de empresa”. Qual é o problema? Cabelos brancos, enevoados pelo tempo significa o quê? Experiência. E os anos sabem coisas que os dias não sabem. É inaceitável tratar as pessoas, só porque tem certa idade, como peças descartáveis. Vão fazer o quê com essa gente que tem mais de 25 anos de empresa e mais de 50 “perguntaram para mim, hein?” . O que acham os senhores e senhoras o que vai acontecer com os funcionários dessas seis empresas? A ameaça que um fez: não sei qual desses iluminados senhores disse “se os funcionários não utilizarem o PDV, que é Demissão Voluntária, vão ficar sem nada”. É assim que eles querem impingir nesta Casa votação de projeto? Ameaçando, intimidando? E os números são díspares. As entidades dizem uma coisa, os funcionários do Governo recem empossados. Não é possível, deputado Emidio. Quando o senhor tomou posse na Prefeitura de Osasco, em dois meses o senhor tomou conta de todos os problemas da cidade.

É impossível. É inadmissível. É por isso que nós estamos vindo aqui hoje no mesmo dia em que foram ouvidos os funcionários do governo, todos de fora. O Sr. Nelson de Souza não conhece o estado; se não conhece o estado, muito menos conhece a Ceproeste, a Emplasa e a Codesp.

Mas, falou com uma clareza que ninguém entendeu nada. Olha a clareza dele. Os deputados saíram pior do que entraram. “Ah, mas vai ter amanhã uma reunião pela manhã.”

Lá vem o governo de novo. Manda para cá o secretário de Governo. E vai fazer o quê? Vai repetir o lenga-lenga sem dar explicação lógica e racional. E vai trazer a tiracolo o mesmo pessoal que veio hoje aqui e nada disse.

“Nós vamos marcar uma audiência pública.” Para quê? Como é que eu vou discutir o estado inteiro, a Saúde do estado inteiro, num único dia? Como é que nós vamos misturar Osasco com Pacaembu? Marília com Registro? Como é?

Nós tínhamos que ter tempo. Eu senti que nenhum deles conhece as empresas que eles presidem. Nenhum deles. Todos forasteiros. Olha o secretário de Educação: é do Amazonas. O que é que o senhor pode entender de Educação? Ele era secretário lá em Manaus. Mas, está aqui.

CPTM: o presidente, de onde veio? De outro estado. Nunca andou em trem e não sabe nem o que é metrô. Então, eu indago: o que esta Casa vai fazer? Vai silenciar? Vai ser atraída pelo calor do Governo do Estado? Vão trocar consciências por espagos ou por verbas?

E esta Casa, o que é que eu faço com 150 anos desta Casa? Jogo fora? Eu sei, estou guardando bem os nomes e os partidos dos deputados que se manifestaram contra o 1/19.

Será que eles vão mudar da noite para o dia? Será que algum passe mandrakeano ou alguma força divina, vinda lá do Oriente Médio, ou de Israel, ou Jerusalém, vem aqui e muda a opinião dos deputados que já se manifestaram aqui nesta Casa?

Eu não sou cobrador. Mas, também, não nasci para rastejar. Se alguém está imaginando que eu vou me vergar nesses anos, está equivocado. Para mim, palavra dada é flecha lançada, não volta mais.

E atitude tomada não pode ser modificada ao sabor dos ventos. Os ventos são mentirosos. Os ventos, dizia o poeta, são inconstantes. E os ventos modificam o caráter de um homem.

Espero que esses ventos não soprem aqui nesta Casa quando formos votar o Projeto 1/19. Tem que falar mais alto a dignidade desta Assembleia. Portanto, Sr. Presidente, terminando, Sr. Presidente, eu gostaria de indagar se há algum acordo celebrado a respeito do 147. Tanta conversa não chegou a lugar nenhum? Que tal a gente suspender a sessão por um tempo e os líderes voltarem a conversar? Quem sabe a gente encontra um caminho até o final?

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Deputado Campos Machado, pelo que senti no Colégio de Líderes, existe um entendimento, com exceção do PT e do PSOL, que se manifestaram contrariamente ao encaminhamento da discussão desse projeto. Parece que todos os outros líderes buscaram um entendimento no texto construído, na emenda aglutinativa construída pelo deputado Barros Munhoz, que foi distribuída lá. Parece que tem alguns ajustes ainda. Pelo menos foi o que entendi até esse momento.

O SR. DOUGLAS GARCIA - PSL - Sr. Presidente, para fazer uma reclamação.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Para uma reclamação, V. Exa. tem a palavra.

O SR. DOUGLAS GARCIA - PSL - PARA RECLAMAÇÃO - Sr. Presidente, na semana passada, o senhor falou - foi acordado aqui - que os temas a serem debatidos durante a inscrição para a fala sobre o projeto seriam especificamente sobre o projeto.

Se cada deputado fizer como o deputado Campos Machado fez, de subir ali em cima e ter o tema livre, aí eu vou ser favorável à criação do comitê de combate à tortura do PT.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - Pela ordem, Sr. Presidente. Sr. Presidente, fui chamado...

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Deputado Campos, vou passar a palavra a Vossa Excelência. O deputado Douglas Garcia invoca um artigo do Regimento. Eu realmente, de fato, tinha falado na semana passada sobre a questão do tema que está sendo discutido, e que os deputados têm que se ater ao tema.

Existem os usos e costumes da Casa, que, ao longo do tempo, foram dando abrangência aos temas de discussão. Isso leva os deputados a falarem sobre temas diversos nesse processo. É claro que peço sempre atenção. Eu, como presidente da Casa, não estou aqui para tutelar deputado. Acho que cada um tem sua posição clara sobre aquilo que manifesta. Porém, sempre atento aos deputados que é importante se ater ao tema.

Com a palavra o nobre deputado Campos Machado.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - PARA COMUNICAÇÃO - Mas que arrogância desse deputado Douglas Garcia! Que petulância! Me desculpe, deputado. Vossa Excelência poderia guardar as palavras dentro do senhor. Já disse uma vez aqui: as palavras, enquanto nós não as proferimos, são nossas prisioneiras; depois que as proferimos, nós passamos a ser prisioneiros delas.

Vossa Excelência vem aqui... Não tem mais o que fazer, não, deputado Douglas? Tem história, esta Casa aqui. Quer mudar, deputado Douglas? Ganhe a eleição para presidente. Ganhe toda a Assembleia. Não venha aqui dar sugestões incômodas, imbecis. Estou sendo sincero, não posso admitir.

O deputado Douglas Garcia, o que é? Ele é sempre metido a bravo, a nervoso, a ofender todo mundo, a achar o quê? Que só ele é que veio de baixo e chegou a deputado? Ele conhece a história das demais pessoas? Ele conhece a minha história? Não conhece! Mas vem aqui deitar falação? Vossa Excelência acha, presidente, que vou me importunar com as palavras do deputado Douglas Garcia, que não diz nada? Não sei por que ele veio aqui a esta tribuna.

Eu acho que deveria propor uma mudança no Regimento: Art. 1º - Fica obrigado a renunciar o deputado que sair do tema. Item 2º - O primeiro a renunciar, a ser cassado, será o deputado Campos Machado.

Eu deveria me ater ao seguinte: o que estou fazendo respondendo o deputado Douglas Garcia? O que é que estou fazendo, deputado Barros Munhoz? Não estou me conhecendo. Vou sentar ali e refletir sobre o que deu em mim ao responder a essa postura enigmática, arrogante, do deputado Douglas Garcia.

A SRA. MÁRCIA LULA LIA - PT - Sr. Presidente, para um comunicado.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Antes de passar a palavra, já convido a deputada Bebel para que possa ir à tribuna para falar contra o projeto. Enquanto isso, V. Exa. tem a palavra para um comunicado.

A SRA. MÁRCIA LULA LIA - PT - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, V. Exa. colocou a respeito da discussão do PL 147. Realmente, as tratativas caminhavam na perspectiva de que conseguíssemos fazer um texto que foi acordado hoje pela manhã. Acontece que a emenda aglutinativa traz uma série de modificações, de coisas que não foram conversadas e combinadas na reunião da manhã. Por isso é que não tem acordo nenhum em relação ao texto, porque o texto não atende aquilo que foi dialogado e que foi construído na perspectiva de que nós tivéssemos um acordo.

Pelo menos uns três ou quatro artigos, parágrafos, incisos foram modificados do que nós combinamos, então não tem acordo realmente. Nós queremos... Estamos fazendo novas propostas, tentando chegar a um denominador comum, para que a gente possa aprovar então a emenda aglutinativa, caso contrário isso não será possível.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Com a palavra a deputada Bebel.

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Boa noite, Sr. Presidente. Cumprimento novamente a Mesa, cumprimento os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas, toda a assessoria novamente cumprimento, e cumprimento também o público presente.

Antes de fazer a minha posição contrária ao PL 147, eu quero reafirmar, de certa forma concordar com o deputado Campos Machado. Eu não vou nem entrar no mérito de quem falou, eu estou entrando no mérito do que ele falou quando assim foi abordado por colocar um posicionamento de uma forma de privatização que está acontecendo e de que ele discorda. De certa forma, isso merece ser... Nós temos que prestar atenção a isso, é necessário.

Eu sou novata - embora de idade seja um pouco vivida já -, mas novata de bancada, de Casa, e a gente aprende muito tanto com os companheiros de partido, da bancada do Partido dos Trabalhadores, dos companheiros do PSOL que aqui já estavam, com vocês do PTB... Nós aprendemos sempre uns com os outros, então a gente não pode muito subir no salto e vir dar ordem sobre quem já tem um pouco de conhecimento de tribuna, de traquejo de como fazer uma discussão e outra. Isso é necessário entre nós.

Eu não acho que tem que invocar Regimento. Quem sobe aqui tem a prerrogativa de falar, fala o que pensa dentro de uma conjuntura do que está acontecendo, e eu quero ter esse direito também. Até mesmo inclusive reafirmando, só que em uma perspectiva contrária à do deputado Campos Machado, porque ele não é contra privatização, e eu tenho um princípio contrário à privatização, contrário porque entendo que o papel do Estado é assumir, sim, as questões fundamentais que garantem a vida, que garantem a escola pública de qualidade, que garantem a saúde pública de qualidade, que garantem o direito da mulher. Por isso, nós precisamos cada vez mais ampliar o direito dos transexuais, enfim, nós temos que ter essa clareza quando subimos aqui.

Então, quando fazemos esse debate aberto, mas ao mesmo tempo puxando para o tema em questão... A gente não vive numa redoma de vidro. Tudo acontece ao mesmo tempo. Está acontecendo as privatizações. Na semana passada, a gente debatia aqui o caso da CPTM, né? Outro dia a gente debatia outras questões, então não é uma redoma de vidro, tudo acontece. Então, essa linearidade não pode ter em um debate e em uma tribuna onde a gente pretende convencer e ser convencido, eu acho que é isso.

Mas eu vou me ater agora... Quero entrar um pouquinho no 147. Eu não sou conhecedora da matéria, por isso eu pedi a meus companheiros de bancada - e isso sem nenhum prejuízo de acordos que se fizeram. O meu voto vai ser... Eu acompanharei, porque tenho uma postura, deputado Campos Machado, de ser muito disciplinada diariamente, e vou para a defesa do meu partido. O Lula Livre é a causa para mim, tenho isso muito claro, por isso que é justo quando o senhor vem aqui e faz as cobranças que faz.

Mas eu quero entrar no 147. Por que eu sou contra o Projeto de lei 147? Ele dispõe sobre o quê? Dispõe sobre registro de empresas, o cadastro de produtos e a fiscalização do uso, do consumo, do comércio, do armazenamento, do transporte, da prestação de serviço na aplicação, na destinação de embalagens dos agrotóxicos e afins de uso fitossanitário em área agrícola e altera a Lei nº 15.266, de 26 de dezembro de 2013, que dispõe sobre o tratamento tributário relativo às taxas no âmbito do Poder Executivo e dá outras providências.

A primeira questão que eu tenho, o primeiro sentimento que eu tenho disso é que esse Projeto de lei, já de antemão, sem entrar no mérito, coloca o agrotóxico como dado. Está dado. Vamos usar o agrotóxico, desde que seja dentro desta regulação, desta lei. E tem pegadinhas no meio, mas é bom refletir sobre o mérito: o que o agrotóxico faz na vida das pessoas.

Quando você regula algo que é para o uso, você tem que conhecer o mérito disso. Ou eu estou errada? Tem uma pesquisa que a Anvisa fez e demonstra há que muitos resíduos de agrotóxicos. Primeiro, 58% dos alimentos no Brasil estão contaminados por eles; 38% dos alimentos apresentam resíduos em quantidades aceitas; 19% dos alimentos apresentam resíduos não autorizados para a cultura em quantidades acima do limite; apenas 42% dos alimentos não apresentam resíduos de agrotóxicos.

Isso é sério. Quando a gente debate essa questão do agrotóxico, ela não está descolada de uma outra questão que é: eu não estou aqui jogando dúvida. Nós estamos em um país capitalista, que tem uma visão de um país continental e que tem muita gente para comer. Então, tem que produzir muito rápido. Tem as sementes, os herbicidas, os inseticidas e também as sementes que levam ao apressamento da cultura de uma determinada plantação que se quer colher. Não é diferente disso.

Tem a questão dos transgênicos, vamos debater. Abre uma audiência pública e vamos debater. O que não dá é para regular alguma coisa como se nada tivesse acontecendo. É levantar as pesquisas, por exemplo, com relação ao câncer, a questão da hepatite e tantas outras doenças que são contraidas, sim, pelo uso excessivo de agrotóxico.

E eu não sou Madre Tereza de Calcutá. Eu chamo atenção para o seguinte: há que ter um marco regulatório. Eu conversava com os professores da USP hoje pela manhã e chamei atenção daqueles aviõeszinho que passam pulverizando tudo e matam animais, as ervas e atingem pessoas, inclusive. E diz o pesquisador da USP: “professora, já tem algo na tecnologia, que está avançada, que é a questão de ter os mesmos aviões-zinhos, mas que está de forma direcionada para aquela planta que quer atingir. Mas a gente não está vendo isso aqui no PL. E eu vou destacar no PL o que eu discordo.

Aqui, no próprio Art. 4, na versão original, está dito que o registro das empresas dar-se-á pela emissão de certificado e modelo próprio. Depois, o parágrafo terceiro diz que fica dispensada de licenciamento ambiental atividade e comércio de agrotóxicos embalados, salvo se houver fracionamento no estabelecimento. Aqui, no mínimo, tem que ter “poderá ser dispensada”, mas não peremptoriamente ficar dispensada.

Quando eu chamo a atenção para que se tenha um marco regulatório, é para não deixar a questão tão aberta, embora eu tenha uma posição muito mais pela agroecologia, pelo orgânico, acho que o sonho de consumo dos pequenos agricultores seria exatamente oferecer alimentos saudáveis, e não alimentos - desculpem quem discorda de mim - envenenados por agrotóxicos.